

Plenário aprova normas para o Fundeb

Senadores acolhem também medidas que capitalizam a Caixa Econômica Federal com R\$ 5,2 bilhões de recursos adicionais do Tesouro, corrigem erros em carreiras e incorporam ao serviço público federal cerca de 12 mil funcionários de Rondônia

O projeto que regulamenta o Fundeb (fundo da educação básica) ressalva que a aplicação de seus recursos não isenta os estados, o Distrito Federal e os municípios da obrigatoriedade de investir na educação. Acordo com governadores permitiu elevar de 15% para 20% o percentual que os estados podem abater no pagamento da dívida com a União para aplicar no Fundeb. O projeto retornará ao exame da Câmara dos Deputados.

Página 3



Fátima Cleide (D) relata projeto do Fundeb em Plenário. Senadores decidiram adiar para hoje a votação da proposta que institui o Fundo de Investimento do FGTS

Virgílio quer CPI sobre corrupção e Nery já coleta assinaturas

Página 5

Comissão vai investigar lavagem de dinheiro na Tríplice Fronteira

Página 2

Consumidor pode ter na nota fiscal informações sobre imposto

Página 8

CPI ouve controladores amanhã e investiga Infraero mais tarde

Os integrantes da CPI do Apagão Aéreo aprovaram ontem o plano de trabalho apresentado pelo relator Demostenes Torres para

orientar as investigações. A tomada de depoimentos começa amanhã, às 19h, ouvindo controladores de voo. **Página 4**



Demostenes (E) apresenta plano, ao lado do presidente da CPI, Tião Viana

Risco Brasil pode continuar caindo, diz especialista

O cenário relativo à segurança para investimentos externos no Brasil melhorou bastante, sobretudo porque o país tem elevado sua capacidade de pagamento e mantido a estabilidade da moeda. Foi o que disse Lisa Schineller, da agência de avaliação de risco Standard & Poor's.

Página 7



Na audiência da CAE, Regina Nunes (E), Aloizio Mercadante, Lisa e Milena Zaniboni

Em conversa com delegação francesa, presidente da CRE anuncia viagem para apurar denúncia de lavagem de dinheiro



Entre Hunh (E) e Rossignol, Heráclito recebe comitiva do Ministério da Defesa da França

Relações Exteriores investigará Tríplice Fronteira, diz Heráclito

Uma delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) irá ainda neste semestre à região da Tríplice Fronteira para investigar denúncias de lavagem de dinheiro e de possível financiamento de atividades terroristas. A viagem foi anunciada ontem pelo presidente do colegiado, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), a uma comitiva de técnicos e militares do Centro de Altos Estudos do Armamento, ligado ao Ministério da Defesa da França, em visita à CRE.

Heráclito falou sobre a viagem ao responder a pergunta feita por um militar francês a respeito do combate ao narcotráfico. O senador lembrou que as dimensões do Brasil dificultam a fiscalização de suas fronteiras – especialmente na região vizinha à Argentina e ao Paraguai. Como muitas denúncias têm sido divulgadas sobre possíveis ilegalidades naquela

área, observou, os senadores da comissão decidiram promover uma investigação in loco.

Os militares e técnicos franceses fizeram diversas perguntas, durante mais de uma hora, com relação a temas como o programa espacial brasileiro, a ameaça do terrorismo, a defesa do mar territorial brasileiro e a participação brasileira em missões de paz.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou a decisão do governo brasileiro de participar da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti.

Ao responder a uma questão a respeito da integração da América do Sul, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que o Mercosul tem como parâmetro o modelo europeu. Também participaram da reunião Romeu Tuma (DEM-SP), Wilson Matos (PSDB-PR) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário examina fundo de investimento com recursos do FGTS

A criação de um fundo de investimentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é um dos temas da ordem

do dia no Plenário. A iniciativa, vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está prevista no Projeto de Lei de

Conversão 10/07, apresentado à Medida Provisória 349/07. Há na pauta, ainda, um projeto de lei de conversão e três MPs.

Audiência debate proposta que pune discriminação sexual

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza, a partir das 14h, audiência pública destinada a instruir projeto da Câmara que define os crimes resultantes de

discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero (PLC 122/06). Estão convidados para o debate, entre outros, a procuradora

federal dos Direitos dos Cidadãos, Ela Wiecko, e o secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, ministro Paulo Vannuchi.

Seminário discute atendimento de pessoas com deficiência em telecentros

Com apoio do Senado, a organização Acessibilidade Brasil inaugura hoje, às 9h30, o seminário destinado à apresentação da metodologia de atendimento de pessoas com deficiência em telecentros comunitários,

desenvolvida pelo Programa Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego. A programação do encontro se estende por dois dias, sempre das 9h30 às 18h.

Presidente da Telefônica fala sobre fusões de empresas

O presidente do Grupo Telefônica fala hoje à Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) às 9h. Antonio Carlos Valente da Silva deve prestar

esclarecimentos sobre reflexos no mercado brasileiro de telecomunicações gerados pelas fusões internacionais no setor.



CAS analisa projeto que incentiva realização de exame preventivo de câncer

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 11h para analisar pauta de dez itens. Entre os projetos em discussão, está o que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de incluir o exame de detecção precoce de câncer de mama, útero e próstata nas situações que permitem ao empregado afastar-se do

serviço sem prejuízo do salário. Ainda será votado o projeto que estabelece a obrigatoriedade da divulgação, por meio de campanha publicitária, da existência de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de orientação ao empregado sobre sua liberação.

Estatuto do Produtor Rural

Projeto do Senado que trata do Estatuto do Produtor Rural será discutido hoje pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) às 11h. Entre os convidados, estão os ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; da Fazenda, Guido Mantega; e do Meio Ambiente, Marina Silva.

Comissão vota relatório de atividades

Será realizada hoje, às 14h30, reunião da Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas. Os parlamentares que integram o colegiado devem analisar e votar o relatório parcial das atividades. Também às 14h30 ocorre reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, Gerson Camata e Valdir Raupp

Senadores acolhem ampliação de repasse destinado às creches e aumento do percentual que pode ser abatido, pelos estados, de dívida com a União

Aprovada MP que corrige erros em leis sobre carreiras

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, um projeto de lei de conversão para corrigir “imperfeições” verificadas em cinco leis aprovadas no ano passado e que reestruturaram várias carreiras do serviço público.

O projeto (PLV 06/07) é oriundo da Medida Provisória 341/06 e corrige disparidades salariais, cria gratificações de desempenho mais eficientes e moderniza carreiras antigas. As “imperfeições” foram constatadas pelos senadores no ano passado, quando estavam em votação as MPs sobre as carreiras. Na ocasião, ficou acertado que o governo enviaria nova medida provisória com as correções, o que foi feito na MP 341.

Sob protesto da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), foi aprovada uma emenda do relator da MP, senador Expedito Júnior (PR-RO), para reincorporar ao serviço público federal cerca de 12 mil servidores de Rondônia que já pertenceram aos quadros da União quando o estado ainda era território.

Senadores da base do governo argumentaram que a reincorporação dos servidores de Rondônia por MP é inconstitucional e só poderia ser feita por proposta de emenda à Constituição. Expedito argumentou que sua emenda torna isonômico tratamento dado a ex-servidores dos ex-territórios de Roraima e do Amapá, que foram federalizados.

O PLV 06/07 voltará agora à Câmara, para novo exame pelos deputados, por causa de cinco emendas aprovadas pelos senadores. Entre as emendas, encontra-se uma, defendida pelo líder do PSDB, Artur Virgílio (AM), que estende a todas as agências reguladoras federais autorização para que sejam prorrogados até 31 de julho de 2008 contratos temporários de trabalho. A MP original previa a prorrogação apenas para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para o Hospital das Forças Armadas (Brasília) e para o Ministério da Agricultura.

Projeto que regulamenta o Fundeb passa no Senado e volta à Câmara

O projeto que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. De acordo com o texto, a aplicação dos recursos do Fundeb não isenta os estados, o Distrito Federal e os municípios da obrigatoriedade de investimentos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme prevê a Constituição. Como o projeto sofreu emendas, retornará à Câmara para nova apreciação.

O Projeto de Lei de Conversão 7/07, proveniente da Medida Provisória 339/06, foi relatado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO). Em seu substitutivo, ela acrescentou duas emendas para atender à solicitação dos municípios em favor das creches em tempo integral, parcial e integradas. Fátima Cleide explicou que foram modificados os fatores de ponderação, que passarão a valer a partir do segundo ano de funcionamento do Fundeb. Também foram diferenciadas as creches públicas das conveniadas.

Marconi Perillo (PSDB-GO) salientou o trabalho desenvolvido por senadores e líderes partidários, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação e governadores, e com o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros. O entendimento, disse, permitiu que se chegasse a um consenso que contemplasse os municípios. Marconi Perillo destacou a emenda apresentada pelo senador José Agripino (DEM-RN), que garante parte dos recursos do Fundeb para custear o transporte escolar.

Os fundos instituídos, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, serão compostos por 20% das seguintes fontes de receita:



Renan Calheiros preside sessão de votação do Plenário

Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos; Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IVA).

Integrarão ainda os fundos, entre outros tributos, parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir; parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); parcela sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); e receitas da dívida ativa tributária, bem como juros e multas eventualmente incidentes.

Complementação

O projeto aprovado determina ainda que a União poderá complementar – no mínimo de 10% do total – os recursos dos fundos sempre que, no âmbito de cada estado e no DF, o valor médio ponderado por aluno não alcançar

o mínimo definido nacionalmente. Fica vedada a utilização dos recursos oriundos da arrecadação da contribuição social do salário-educação na complementação da União.

Na distribuição dos recursos do Fundeb, poderão ser admitidas instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público. No entanto, para ser beneficiária do fundo, a instituição deve obedecer a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, ter certificado do Conselho Nacional de Assistência Social e seus projetos pedagógicos aprovados.

Avanço

Acordo estabelecido entre a relatora e governadores, reunidos antes da votação da matéria, permitiu a aprovação de emenda para elevar de 15% para 20% o percentual que os estados podem abater no pagamento da dívida com a União para aplicar no Fundeb.

Além da relatora Fátima Cleide e de Marconi Perillo, discutiram a regulamentação do Fundeb os senadores José Agripino, Arthur Virgílio (PSDB-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Renato Casagrande (PSB-ES), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Romero Jucá (PMDB-RR), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heráclito Fortes (DEM-PI), Cícero Lucena (PSDB-PB), José Nery (PSOL-PA), Mão Santa (PMDB-PI), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Valdir Raupp (PMDB-RO); e as senadoras Marisa Serrano (PSDB-MS), Serys Slhessarenko (PT-MT), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Ideli Salvatti (PT-SC), Patrícia Saboya (PSB-CE) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Mais recursos para a Caixa operar ações sociais

Aprovado pelo Plenário ontem, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/07 permite a ampliação da capacidade operacional da Caixa Econômica Federal e capitaliza a instituição por meio da dotação de recursos financeiros adicionais do Tesouro, da ordem de R\$ 5,2 bilhões. Os senadores acolheram o texto da Câmara e adiaram para hoje a votação dos destaques de emendas para votação em separado (DVS).

O PLV 9/07, proveniente da Medida Provisória (MP) 347/07, faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e fixa que os recursos adicionais serão comprometidos com saneamento básico e habitação popular urbana e rural, além de “outras operações previstas no estatuto social da Caixa”.

A matéria teve voto favorável do relator-revisor, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que frisou que os recursos para suprir a determinação do projeto têm como fonte o Tesouro Nacional.

Votação do fundo de investimentos do FGTS deve ser hoje

Após encerrar a discussão em Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, transferiu para hoje a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 10/07 da Medida Provisória (MP) 349/07, que instituiu o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS).

A iniciativa é vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e viabiliza a aplicação de recursos do FGTS em empreendimentos nos setores de energia, rodoviário, ferroviário, portuário e de saneamento. A proposição constitui o FI-FGTS com a aplicação inicial de R\$ 5 bilhões, transferidos do patrimônio líquido do fundo. O relator é o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Suplicy faz apelo por desocupação pacífica na USP

O protesto de um grupo de estudantes e de funcionários da Universidade de São Paulo (USP) contra medidas tomadas pelo governador José Serra foi comentado ontem por três senadores.

Os manifestantes consideram decisões de Serra – como a obri-

gatoriedade de disponibilizar o orçamento da USP no sistema de contas do estado – contrárias ao princípio da autonomia universitária e, em protesto, ocupam desde o dia 3 o prédio da reitoria da instituição (que é estadual). No dia 16, a 13ª Vara de Fazenda

Pública expediu mandado de reintegração de posse, determinando a desocupação do local.

Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou para que os manifestantes saiam pacificamente, evitando o confronto com a polícia. Aloizio Mercadante (PT-SP) apoiou o

apelo, mas disse considerar inadmissível o uso da tropa de choque da polícia na desocupação. Arthur Virgílio (PSDB-AM), por sua vez, frisou que Serra enfrenta os “vícios enraizados” na universidade e tem sido elogiado pela forma como tem lidado com o problema.

Comissão deve tomar mais de 30 depoimentos e requisitar cópias de documentos à Polícia Federal, Comando da Aeronáutica, Ministério Público e outros órgãos

Comissão quer ter acesso a dados da Aeronáutica

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, senador Tião Viana, e o relator, senador Demostenes Torres, visitaram ontem o comandante interino da Aeronáutica, brigadeiro José Américo dos Santos. O objetivo da visita foi pedir acesso a documentos relativos às investigações da Aeronáutica sobre o acidente entre o avião da Gol e o jato Legacy, em setembro do ano passado.

A CPI tem prazo de 180 dias para apurar condições e responsabilidades relacionadas aos problemas de controle de tráfego aéreo que vêm causando transtorno aos usuários em aeroportos de todo o país. Os problemas ficaram evidenciados após o acidente entre as duas aeronaves, que resultou na morte de 154 pessoas. O voo 1907 da Gol partira de Manaus com destino a Brasília, caindo no norte de Mato Grosso.

Wellington pede reconstituição do acidente

Wellington Salgado (PMDB-MG) anunciou na reunião da CPI que apresentará requerimento propondo uma “reconstituição” das condições em que ocorreu o maior acidente aéreo do país.

O senador afirmou que requisitará um avião da Embraer para realizar tanto o percurso do Legacy quanto o do Boeing da Gol, atravessando o local onde ocorreu a colisão. Ele disse que participará da operação.

– Quero pedir autorização à torre para voar na mesma altura, à mesma velocidade, e chegar no ponto onde houve o acidente.

Wellington Salgado ressaltou que, na reconstituição, o transponder poderia ser desligado para se verificar se isso impossibilitou o contato entre as duas aeronaves. O aparelho é utilizado para evitar colisão.

Plano de trabalho da CPI do Apagão Aéreo inclui investigação na Infraero

A CPI do Apagão Aéreo do Senado, presidida pelo senador Tião Viana (PT-AC), aprovou ontem o plano de trabalho apresentado pelo relator, Demostenes Torres (DEM-GO), para guiar as investigações durante os 180 dias previstos para a atuação do colegiado. Serão investigadas, de acordo com o plano, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A proposta inclui a tomada de depoimentos de 35 pessoas e pedidos de informações a 19 órgãos envolvidos com as investigações sobre o caos aéreo e sobre o acidente entre o Boeing da Gol e o jato Legacy de propriedade de uma empresa americana, em setembro passado. A comissão deve requisitar funcionários de quatro órgãos federais para auxiliar nos trabalhos. Já amanhã, a partir das 19h, terá início a tomada de depoimentos, quando serão ouvidos controladores de voo.

O plano sugere quatro focos principais de investigação. O primeiro é o Ministério da Defesa e, no seu âmbito, o Conselho de Aviação Civil (Conac) e o Departamento de Política de Aviação Civil.

Cindactas

Outro foco da apuração do colegiado será o Comando da Aeronáutica (Comaer), especialmente o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), o Sistema de Controle do Espaço Aéreo (Sisceab) e os quatro centros integrados de defesa aérea e controle do tráfego aéreo (Cindactas).

Entre as pessoas que deverão depor na comissão parlamentar de inquérito estão o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito; o diretor-presidente da Anac, Milton Sérgio Zuanazzi; o ex-presidente da Infraero e deputado Carlos Wilson; o ex-diretor da estatal José Bernardo Loyo e o superintendente da empresa

no Paraná, Antônio Felipe Barcelos Silva.

Demostenes Torres deseja receber cópias de inquéritos sobre irregularidades em órgãos responsáveis por ações relacionadas ao controle aéreo feitos pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Controladoria Geral da União, pela Advocacia da União e pela Anac.

Também serão requisitadas cópias dos procedimentos administrativos de apuração de irregularidades na Infraero e dos procedimentos investigativos do Comando da Aeronáutica e do Ministério Público Militar sobre o controle aéreo. A CPI está solicitando ainda cópias dos “relatórios de perigo”, apresentados pelos controladores de voo, e também dos relatórios de incidentes de tráfego aéreo, além do relatório da Federação Internacional de Associações dos Controladores de Voo sobre o Cindacta 1, entre outros documentos.

Controladores de voo serão ouvidos amanhã

A partir das 19h de amanhã, a CPI que vai investigar as causas dos problemas no controle do tráfego aéreo no país ouve cinco controladores de voo. Três deles trabalham nos centros integrados de defesa aérea e controle do tráfego aéreo (Cindactas), envolvidos no acidente entre o avião da Gol e o jato de propriedade da American ExcelAir que matou 154 pessoas em setembro de 2006. Os outros dois são representantes dos controladores – um é do sindicato dos controladores civis e o outro representa os controladores militares.

São aguardados para depor o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo (SNTPV), Jorge Botelho; o representante da Associação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo (ABCTA), Wellington Andrade Rodrigues; e três controladores de voo que acompanhavam os aviões da Gol e o jatinho que se chocaram no ar. Dois deles tiveram seus nomes divulgados: Roberto Freire, que trabalhava no Cindacta de Manaus no dia do acidente, e João Batista da Silva, que atuava em São José dos Campos (SP). A comissão ainda não divulgou o nome do controlador que atuava em Brasília e que também será chamado a depor.

O relator Demostenes Torres acredita que os profissionais que trabalhavam na hora do acidente não comparecerão à reunião do colegiado, uma vez que não atenderam a nenhuma das convocações de autoridades para falar sobre o acidente. O senador destacou que eles têm o direito de fazer isso porque são investigados como possíveis responsáveis pelo acidente.



Fotos: Jane Araújo

Aprovada pelos senadores da comissão, proposta apresentada por Demostenes (foto à esquerda, com Viana) guiará investigações ao longo de 180 dias

Senadores acham que prazo previsto será insuficiente

Durante a discussão do plano de trabalho da CPI do Apagão Aéreo instalada na Casa, vários senadores manifestaram preocupação com a perspectiva de a tomada de 35 depoimentos tornar impossível o cumprimento do prazo de 180 dias previsto para o fim das investigações.

Questionado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) sobre a possibilidade de o número de depoimentos tornar difícil a conclusão do trabalho da comissão dentro do prazo, Demostenes Torres explicou que muitos dos convocados podem não chegar a ser ouvidos, se algum outro depoimento for especialmente esclarecedor.

Em sua intervenção, Antonio Carlos sugeriu ao relator “enxugar” a lista de pessoas a serem ouvidas. “É impossível chegar a uma conclusão

com tantas audiências”, observou o representante baiano.

José Agripino (DEM-RN) pediu que as investigações sejam focadas nos controladores de voo e em questões que permitam esclarecer se realmente há “buracos negros” no controle aéreo nacional. O parlamentar adiantou que quer saber se os equipamentos estão obsoletos e propôs que a CPI ajude a investigar quem deve comandar o controle aéreo nacional – se civis ou militares. Para o senador, os controladores precisam ser ouvidos primeiro, uma vez que são “os arautos, os anunciadores” da crise.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ponderou ser necessário demonstrar à população que é seguro voar no Brasil. Para ela, é preciso apresentar estatísticas sobre os acidentes ocorridos no país e sua correlação com

a qualidade do controle do tráfego aéreo no país. A senadora lembrou também a importância de a comissão parlamentar de inquérito contribuir para delimitar as responsabilidades pelo acidente envolvendo o avião da Gol e o jato Legacy, uma vez que isso, argumentou Ideli, tem repercussões inclusive em termos de indenizações às famílias.

Sibá Machado (PT-AC) pretende que sejam ouvidos o ex-presidente da Infraero Fernando Perrone e o procurador federal que atua junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado.

Ficou definido ainda, dentro do plano de trabalho, que a CPI se reunirá três vezes por semana, às terças, quartas e quintas-feiras. Eventualmente, poderá haver duas reuniões no mesmo dia, pela manhã e à tarde.

Virgílio: PSDB apóia CPI para investigar esquema da Gautama



Arthur Virgílio faz sugestões para que se evitem desvios de dinheiro público

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), manifestou ontem, em nome do PSDB, sua indignação com o novo escândalo de corrupção trazido à tona na semana passada com a divulgação da Operação Navalha, da Polícia Federal (PF). O senador afirmou que o partido deverá assinar requerimento para abertura de uma CPI para investigar as denúncias feitas pela PF.

Para evitar os desvios de dinheiro público via emenda ao Orçamento da União, Virgílio propôs que cada tema seja dis-

cutido nas comissões pertinentes das duas Casas do Congresso. Depois, cada assunto seria submetido a uma comissão de sistematização. Isso até que seja aprovado projeto (PEC 22/00) de Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) criando o orçamento impositivo, que, segundo Virgílio, livrará o Legislativo do jugo do Executivo na liberação dos recursos.

Virgílio disse que, se à época dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique os parlamentares tivessem aceito proposta de Pedro Simon (PMDB-RS) de criação de uma CPI para investigar as empreiteiras, talvez não se estivesse vivendo a atual crise.

O senador defendeu o governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, que teve assessores acusados de envolvimento no esquema da construtora Gautama.

Virgílio recebeu apoio de Antonio Carlos Magalhães, Joaquim Roriz (PMDB-DF), Mário Couto (PSDB-PA), Almeida Lima (PMDB-SE) e Pedro Simon.

José Nery recolhe assinaturas para instalação de CPI mista

O senador José Nery (PSOL-PA) anunciou ontem que fará a coleta de assinaturas no Senado para o requerimento de CPMI para investigar o esquema de corrupção em obras públicas que está sendo apurado pela Operação Navalha. O requerimento tem como primeiro signatário o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF).

José Nery disse que a sociedade brasileira está indignada com a sucessão de escândalos dos últimos anos, em razão dos quais foram realizadas 284 operações policiais e efetuadas 5 mil prisões, sem que os culpados tenham sido punidos de fato.

– É preciso que todos os fatos sejam apurados de forma veemente e urgente. Caso contrário, seremos considerados coniventes pela população – afirmou.

José Nery frisou ser favorável



“É preciso que todos os fatos sejam apurados de forma veemente e urgente”

à demissão do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, que poderia voltar ao cargo, caso tivesse provada a sua inocência. O senador defendeu, ainda, a reforma política e a instituição do financiamento público de campanhas como duas de uma série de medidas visando diminuir as brechas para a corrupção.

Jefferson diz que escândalos reforçam desprezo da população a políticos

A prática de desvio de dinheiro público ajuda a reforçar o desprezo que a população cultiva em relação à classe política, segundo afirmou Jefferson Péres (PDT-AM). O senador também lamentou a indiferença da população em relação aos casos de corrupção, a exemplo do que vem



Renan (C), entre Neuto de Conto (E) e Rui Mendonça, ouve reivindicações no sentido de que debate seja estendido aos municípios

Vereadores catarinenses pedem a reforma político-partidária

Fidelidade partidária, financiamento público de campanha, cláusula de barreira, fim da reeleição e mandato de cinco anos para o Poder Executivo, além de eleição unificada para todos os cargos com prorrogação dos atuais mandatos para coincidência de data. Esses são alguns pontos do manifesto entregue ontem pela União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina ao presidente Renan Calheiros.

Vereadores de todo o estado, liderados pelo presidente da União

dos Vereadores, Ruy Mendonça, e acompanhados pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC), pediram a Renan Calheiros que o debate em torno da reforma político-partidária também seja estendido aos municípios e às câmaras de vereadores.

Navalha

“A minha interlocução com o Palácio do Planalto é institucional, inteiramente institucional”, explicou Renan Calheiros, depois de negar à imprensa que tenha se encontrado com o senador José

Sarney (PMDB-MA) para conversar sobre a situação do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, que ontem pediu demissão. A Polícia Federal suspeita que o ministro, indicado pelo PMDB para integrar o governo Lula, teria recebido dinheiro para beneficiar a construtora Gautama em uma licitação.

Renan informou que não é a pessoa do PMDB responsável por negociar junto ao governo a composição do ministério ou indicações para cargos públicos.

Cafeteira propõe ampliação dos casos de inelegibilidade

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de projeto de lei complementar, de sua autoria, que torna inelegíveis os candidatos que tenham parentes ocupando cargos comissionados. A proposta estende ainda aos parentes próximos dos candidatos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

A proposta de Cafeteira acres-

centa dois parágrafos ao artigo 1º da Lei Complementar 64/90, conhecida como Lei de Inelegibilidades.

Em sua justificativa, o senador explica que o objetivo de seu projeto é impedir a criação de dinastias políticas em pleno regime republicano. “Sendo plenamente aceitável que o espírito público e o mérito surjam em profusão numa mesma família, devem seus



Cafeteira quer impedir eleição de quem tenha parentes em cargos comissionados

membros compreender e render homenagem à isonomia, não ao personalismo.”



Jefferson: desencanto com “relação promíscua entre Executivo e Legislativo”

entre o Executivo e o Legislativo, o loteamento e a luta por cargos públicos. Fico me perguntando: por que alguém há de querer o Dnit [Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte]? Deve ser para roubar. Por que querem os ministérios de maiores recursos? De ser para desviar

dinheiro público – disse.

Jefferson afirmou que a população mais pobre condena a prática do desvio de dinheiro público, mas infelizmente não consegue associá-la às dificuldades que a afligem diariamente, como o mau atendimento nos hospitais e a má qualidade do ensino.

Projeto que duplica a punição para quem vender drogas ilícitas no interior ou nas proximidades de estabelecimentos de ensino recebe hoje decisão terminativa da CCJ



Mudanças na Lei das Licitações e no Código de Trânsito Brasileiro também serão avaliadas hoje pela Comissão de Justiça

Comissão analisa aumento de pena para tráfico em escolas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar hoje substitutivo ao projeto de lei que determina duplicação de pena para os condenados por tráfico ilícito de entorpecentes, caso o crime seja praticado no interior dos estabelecimentos de ensino de qualquer nível, ou em suas imediações (a até 200 metros).

Já nos estabelecimentos prisionais ou hospitalares, sociais, culturais, recreativos, esportivos ou beneficentes, em locais de trabalho coletivo, em recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, em locais de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, em unidades militares ou policiais ou em transportes públicos, diz o texto do projeto (PLS 34/03), a pena será aumentada de 1/6 para 2/3.

A proposição receberá decisão terminativa na CCJ. De autoria do senador licenciado Hélio Costa, ela modifica a Lei 11.343/06, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Segundo Hélio Costa, há estatísticas mostrando que “milhares de crianças e jovens tiveram



Substitutivo de Jereissati duplica pena para quem envolver menores no crime

seu primeiro contato com drogas durante o período escolar”.

A matéria já foi analisada na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, onde o relator foi Tasso Jereissati (PSDB-CE). Pelo seu substitutivo, também terão as penas duplicadas os responsáveis por tráfico ilícito de drogas quando o crime envolver ou visar atingir criança, adolescente ou pessoa que tenha, por qualquer razão, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.

Licitações e STM

Também deve ser discutido na reunião de hoje do colegiado

projeto (PLC 32/07) do Poder Executivo que altera diversos pontos da Lei das Licitações (Lei 8.666/93). O relator da matéria é Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Será analisado ainda projeto (PLS 115/04) que altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos.

Os integrantes da CCJ devem votar ainda a indicação dos generais-de-exército Renaldo Quintas Magioli e Francisco José da Silva Fernandes para exercerem o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). O primeiro, cuja mensagem será relatada por Edison Lobão (DEM-MA), assumirá a vaga decorrente da aposentadoria de Max Hoertel. Já o segundo ocupará o lugar de Valdésio Guilherme de Figueiredo, também aposentado. A mensagem é relatada por Romeu Tuma (DEM-SP).

Também será avaliada pelos senadores a indicação de Eduardo Flores Vieira para ser reconduzido ao cargo de defensor público-geral da União do Ministério da Justiça. O relator é Aloizio Mercadante (PT-SP).

Cidades poderão ter ciclovia e estacionamento de bicicletas

A destinação de espaços para ciclovias e estacionamento de bicicletas poderá tornar-se item obrigatório do plano diretor do município, conforme estabelece projeto de lei de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que será examinado amanhã pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado, em reunião marcada para as 11h.

Valadares argumenta, em defesa da proposta (PLS 350/05) de sua autoria, que “o transporte cicloviário é, segundo especialistas em mobilidade urbana, um dos principais elementos para se alcançar o desenvolvimento sustentável das cidades”. A iniciativa introduz alterações no Estatuto das Cidades.

Entre as vantagens da bicicleta em relação ao automóvel, o senador destaca “o silêncio; o exercício físico; o caráter inclusivista, por apresentar custo reduzido e permitir que menores de idade a utilizem; uso mais eficiente do espaço urbano; e ausência de poluição aérea, tanto em nível local quanto global”.

– Note-se que os gases emitidos na queima de combustíveis fósseis, utilizados na maior parte da frota rodante do mundo, têm sido apontados como um dos principais responsáveis pelo aquecimento global, que, por sua vez, tem aumentado o efeito devastador dos fenômenos climáticos – enfatiza Valadares na justificativa.

Bacias hidrográficas

A CDR apreciará, na mesma reunião, outros quatro projetos de lei, além de acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que consolida as atividades de acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Entre as matérias em análise na comissão está o PLS 39/03, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul

(Fundap). O projeto, em caráter terminativo e de autoria de Paulo Paim (PT-RS), recebeu parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), com emenda.

Em seu relatório, Simon considera de suma importância recuperar a agropecuária gaúcha, que vem perdendo competitividade, em função da política econômica e de catástrofes naturais, como a seca. O setor, que chegou a representar 11% do PIB gaúcho, sofreu sucessivas quedas em 2004 e 2005, tendo contribuído para significativa queda da participação do PIB gaúcho no PIB nacional, de 8,3%, em 1995, para 7,5%, em 2005.

Prorrogação

Na primeira parte da reunião de amanhã, a CDR recebe o ministro das Cidades, Márcio Fortes. Ele vai falar sobre os critérios utilizados pela pasta para liberação de recursos. O ministro, cuja presença atende a uma solicitação de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), debaterá ainda os planos diretores dos municípios com os parlamentares.

Em discurso no dia 15 de março, Flexa Ribeiro protestou contra a Resolução 21/06, assinada pelo ministro. O parlamentar argumentou que a medida pretende paralisar a tramitação de projeto de lei de sua autoria (PLS 93/06) que prorroga o prazo de elaboração do plano diretor pelos municípios, de outubro de 2006, conforme previsto no estatuto, para 30 de dezembro de 2007.

A resolução visa possibilitar “a abertura de um amplo processo de discussão” sobre a matéria, incluindo audiências públicas com a participação de segmentos como o Conselho das Cidades.

Flexa Ribeiro alega que o processo de aprovação de um plano diretor demanda muito tempo. Além disso, observa que os prefeitos que não cumprirem a determinação incorrem, pela Lei 8.429/92, em crime de improbidade administrativa, motivo por que o senador apresentou o projeto.



Proposta a ser examinada pela CDR ajuda no combate ao aquecimento global

A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Instale torneiras com sensores automáticos Use uma bacia para lavar louça Elimine os vazamentos Diminua o tempo do banho



Comissão de Educação acolhe projeto que homenageia ex-prefeito de Belo Horizonte

Comissão aprova mais uma escola técnica no Rio Grande do Sul

A Comissão de Educação (CE) aprovou, em decisão terminativa, projeto de Paulo Paim (PT-RS) que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari (RS). A proposta deverá beneficiar os 37 municípios que integram essa região.

Na justificativa do projeto (PLS 64/07), Paim afirma que o desenvolvimento da indústria e do comércio nessas cidades intensificou a urbanização. Em 1970, a população da zona rural chegava a 75,6%; hoje, 67% vivem na zona urbana. Ele lembrou que, na área da educação, a região revela bons índices, como o de alfabetização, calculado em 93,8%, e as baixas taxas de evasão escolar.

O relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), apresentou emenda para garantir que, além do ensino profissionalizante do nível médio, a escola possa oferecer educação profissional para formação inicial e continuada de trabalhadores, tendo em vista as necessidades

do setor industrial, de serviços e de agropecuária da região.

Homenagem

Também em decisão terminativa, a CE aprovou projeto de lei de autoria de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que denomina Celso Mello Azevedo o anel rodoviário de Belo Horizonte localizado nas rodovias BR-040 e BR-381, homenageando o ex-prefeito da capital mineira.

Na mesma reunião, o senador Augusto Botelho (PT-RR) pediu vista do PLS 321/03 – de autoria de Flávio Arns (PT-PR) –, que visa permitir que, na carteira de aplicações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seja incluída a área de financiamento do ensino superior para estudantes de baixa renda. Segundo Augusto, o próprio Conselho Curador do FGTS posicionou-se contrário à aprovação. A proposta, que tem parecer favorável de Azeredo, retorna à pauta do colegiado na próxima semana.

Mozarildo pede mais celeridade na Câmara para projetos do Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu à Câmara dos Deputados mais celeridade na apreciação dos projetos do Senado. De acordo com o senador, algumas proposições enviadas àquela Casa há anos ainda não foram votadas ou sequer enviadas às comissões.

– Isso frustra a expectativa do parlamentar que apresenta o projeto no Senado. Não vejo acontecer o contrário: projetos enviados pela Câmara não ficam aqui três, quatro anos esperando para serem apreciados. Não podemos permitir que uma Casa atrapalhe a outra – disse.

Para Mozarildo, um dispositivo deveria garantir preferência na pauta aos projetos oriundos do próprio Legislativo. Ele solicitou ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que atente para a questão, e informou que



Há propostas que passam anos sem sequer serem enviadas às comissões, diz Mozarildo

pediu à Consultoria Legislativa estudo sobre a viabilidade de tal dispositivo. Mozarildo citou propostas de sua autoria que aguardam deliberação da Câmara ou que, em sua opinião, não foram devidamente apreciadas, como a que cria adicional tarifário para compor fundo de investimento na aviação regional.

Em debate na CAE, diretora da Standard & Poor's destaca melhora do nível de crescimento do Brasil e diz que o país precisa ter compromisso de aperfeiçoar seu sistema fiscal

Audiência revela que possibilidades de redução do risco Brasil são boas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debateu ontem os critérios de classificação de risco (risco Brasil) e as perspectivas de o Brasil atingir o grau de investimento (investment grade) nos próximos anos. Na ocasião, uma das diretoras da Standard & Poor's para a América Latina, Lisa Schineller, disse que a instituição elevou os ratings (notas estabelecidas por agências de classificação de risco em relação à qualidade de crédito de um emissor de títulos, seja um governo ou uma empresa) de crédito soberano do país este ano, observando que a perspectiva do Brasil a longo prazo continua positiva.

Lisa – que trabalha no Brasil há nove anos – explicou que essa avaliação (de risco soberano) analisa o risco de crédito de um governo soberano, sua capacidade e disposição para honrar, completa e pontualmente, o serviço de sua dívida. Já o risco país é a avaliação que analisa as entidades dentro de um país, incluindo as empresas e os bancos.

A última avaliação de risco soberano feita pela Standard & Poor's para o Brasil foi em 16 de maio. Nela, o país subiu um andar na escala de classificação desde novembro do ano passado e passou a figurar exatamente no meio da escala de rating da instituição. A diretora lembrou que o cenário com relação à segurança



Regina Nunes, Mercadante, Lisa Schineller e Milena Zaniboni durante reunião da CAE

para a realização de investimentos externos no Brasil tem melhorado bastante, principalmente porque o país tem elevado sua capacidade de pagamento tanto em moeda estrangeira quanto em nacional, e mantido a estabilidade da moeda.

Já entre os critérios que fizeram com que a Standard & Poor's melhorasse a nota brasileira quanto ao risco país, Lisa ressaltou o bom desenvolvimento do mercado interno e o crescimento do crédito no Brasil. O compromisso do governo em aperfeiçoar ainda mais seu desempenho fiscal foi destacado por Lisa como uma das metas que podem influenciar o país a chegar à categoria de investment grade nos próximos anos. Ela observou ainda que há indicadores que apontam redução no nível de pobreza e desigualdade social no país.

Participaram também da reunião a presidente da Standard & Poor's no Brasil, Regina Nunes, e a diretora-gerente da empresa, Milena Zaniboni.

Salto de qualidade

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ser inegável que o Brasil “deu um salto de qualidade” nos últimos anos, e o próprio mercado internacional está reconhecendo isso. “Embora ainda tenha desafios pela frente, o país pode avançar ainda mais”, ressaltou.

Sobre as notas de avaliação de risco, Aloizio Mercadante observou que a Standard & Poor's é a empresa que nos últimos sete anos menos errou em relação ao risco do país para investimentos externos. No entanto, afirmou que acha ainda muito conservador o grau de reconhecimento do Brasil.

Critérios para prioridade em fundo ambiental podem ser ampliados

Os critérios para concessão de prioridade a projetos ambientais que concorram aos benefícios do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) podem ser ampliados, segundo proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A legislação que instituiu o FNMA (Lei 7.797/89) atribui hoje tratamento prioritário apenas às proposições que se destinam à macrorregião da Amazônia Legal. De acordo com o projeto (PLS 320/05) de Papaléo Paes (PSDB-AP), essa situação pode ser estendida a todas as iniciativas que atendam municípios das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste

com mais de 25% de seu território dentro de parques nacionais.

A proposta recebeu emenda do relator, Edison Lobão (DEM-MA), que acrescenta outra exigência: os municípios devem apresentar Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao que for apurado para o Brasil no último exercício para o qual o indicador estiver disponível.

O texto será examinado ainda em duas outras comissões, a de Meio Ambiente (CMA) e a de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Na última, receberá decisão terminativa.

Doação a bibliotecas

Outra proposição – o PLS 27/05,



Proposta de Papaléo beneficia municípios que abrigam parques nacionais

do então senador Roberto Saturnino, que inclui a possibilidade de dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas – teve seu parecer apresentado na reunião de ontem, mas a votação foi adiada. Edison Lobão apresentou parecer favorável à proposta, com emendas.



Flexa Ribeiro: queda de braço por causa da Lei Kandir pode ter fim

Flexa Ribeiro quer volta do ICMS para produto exportado

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou proposta de emenda à Constituição permitindo que os estados voltem a cobrar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos não-industrializados e semi-elaborados, taxa que eliminada pela Lei Kandir (Lei Complementar 87/96). O empresário exportador, no entanto, poderia obter ressarcimento do ICMS pago dirigindo-se ao governo federal, compensando o valor de impostos devidos à União.

A idéia do parlamentar é acabar com a queda-de-braço entre estados exportadores e o governo federal, deflagrada alguns anos depois da Lei Kandir. Por essa legislação, os estados seriam indenizados pelo Executivo federal em razão de suas perdas com a isenção de ICMS (adotada para incentivar as exportações). Entretanto, os estados têm reclamado que obtêm ressarcimento bem abaixo das perdas com a isenção. A União, por sua vez, procura reduzir o valor dos ressarcimentos, mesmo com aumento geral das exportações.

De acordo com a proposta (PEC 37/07) de Flexa Ribeiro, uma lei complementar irá listar os produtos não-industrializados e semi-elaborados que voltariam a ser taxados pelo ICMS na exportação. A proposta prevê ainda que a compensação às empresas exportadoras seria feita com impostos cobrados pela União não compartilhados com estados e municípios. A lei complementar poderá inclusive prever o ressarcimento em dinheiro.

Comissão aprova redação final de projeto regulamentando dispositivo constitucional que determina como direito do cidadão o esclarecimento a respeito dos tributos que incidem sobre produtos e serviços

Imposto embutido nos preços deve ficar transparente para consumidor

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo ao projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que obriga o fornecedor a informar, na nota fiscal, todos os tributos embutidos no preço da mercadoria ou serviço.

Na justificativa da proposta (PLS 174/06), Renan argumenta que a medida busca a aplicação do dispositivo constitucional que determina, como direito fundamental do consumidor, o esclarecimento a respeito dos tributos que incidam sobre mercadorias e serviços.

Também em turno suplementar, a



Senadores acolhem projeto que prevê mensagens sobre consumo de água

CMA acolheu substitutivo ao projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que estabelece a veiculação de mensagens de advertência sobre a escassez de água em equipamentos de limpeza e embalagens de produtos de limpeza.

Leomar Quintanilha (PMDB-TO), foram aprovados sem emendas pela CMA em caráter terminativo. Se não houver recurso por, pelo menos, nove senadores para apreciação no Plenário, os projetos seguirão para a Câmara.

Comissão irá realizar debates sobre política energética

Também foi aprovada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle a realização de duas audiências públicas para debater problemas e soluções que cercam a política energética do país. O primeiro dos requerimentos acolhidos, do senador César Borges (DEM-BA), propõe a discussão dos procedimentos adotados para a concessão de licença prévia ambiental aos projetos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para falar sobre o assunto, César Borges pede o comparecimento da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Bazileu Alves Margarido.

– Quero ouvir a ministra Marina sobre as dificuldades e as divergências entre o Ibama e o ministério em relação aos atrasos no cronograma de execução das obras de infra-estrutura, em especial sobre os gargalos que cercam o licenciamento das obras do rio Madeira – explicou.

A segunda audiência aprovada resultou dos requerimentos consolidados dos senadores Sibá Machado (PT-AC) e Fátima Cleide (PT-RO) para tratar especificamente das obras do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e dos impasses em relação à licença ambiental para a construção da hidrelétrica.

Entre os sete convidados para o encontro, estão o governador de

Rondônia, Ivo Cassol; o prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho; o procurador-geral de Justiça de Rondônia, Abdiel Ramos Figueira; e o presidente do Ibama, Bazileu Alves.

Óleo comestível

A comissão rejeitou o PLS 296/05, do então senador Valmir Amaral, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os resíduos de óleo comestível serem acondicionados em garrafas plásticas fechadas, destinadas ao lixo orgânico. Em seu parecer, acatado por unanimidade, o senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) argumenta que a providência não contribuiria para a melhoria da qualidade ambiental porque resultaria na inevitável mistura do óleo com o restante do lixo ao ser prensado pelos caminhões coletores.

Henrique Meirelles fala em audiência sobre as metas da política econômica

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza audiência pública amanhã, às 10h, com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Na reunião, ele deverá tratar da avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre

de 2006.

A presença de Henrique Meirelles na comissão se dá em atendimento ao artigo 9º, parágrafo 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao determinar que, após o encerramento de cada semestre, o Banco Central apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação sobre o assunto.

A CMO promove também sessão



Presença de Henrique Meirelles cumpre dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal

ordinária hoje, às 14h30. Entre as matérias em pauta está o requerimento que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) a relação de todos os processos de irregularidades referentes à Infraero.



José Coelho foi prefeito de Petrolina por dois mandatos

Pesar pela morte do ex-senador José Coelho

Marco Maciel (DEM-PE) apresentou ontem voto de pesar pelo falecimento do ex-senador José Coelho, 84 anos, no último sábado, vítima de enfarte. Natural de Petrolina (PE), José Coelho foi suplente do então senador José Jorge e exerceu o mandato no período de 13 de março de 2001 a 10 de março de 2002, quando o titular afastou-se para assumir o Ministério de Minas e Energia na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

– A morte do senador não deixou tristes apenas familiares, mas igualmente os nordestinos – salientou.

José Coelho era de uma família de políticos, disse Maciel, e tinha como irmãos o também ex-senador Nilo Coelho e o deputado estadual Geraldo Coelho. Filho de Clementino Coelho e de Josefa de Souza Coelho, casou-se com Lívia e teve oito filhos.

Ainda segundo o parlamentar, José Coelho foi prefeito de Petrolina por dois mandatos e três vezes vereador da câmara municipal, além de presidente do diretório municipal do PFL (atual DEM). Político e empresário, seu trabalho voltou-se especialmente para a integração dos nordestinos e para a revitalização do rio São Francisco. Maciel lembrou que ele morreu sem ver concluída uma grande aspiração: a duplicação da ponte Eurico Dutra sobre o rio São Francisco.

Os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Romero Jucá (PMDB-RR), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Tião Viana (PT-AC), presidindo a sessão, associaram-se ao voto de pesar.